

INFÂNCIAS E IDENTIDADE RACIAL: REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NA ESCOLA

Larissa Karen de Paula Gomes¹; Lara Mendes dos Santos²; Juliana Silva Santana³

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil, larissa.paula@aluno.uece.br

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil, lara.mendes@aluno.uece.br

³ Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil, juliana.santana@uece.br

Resumo

Nesta pesquisa refletimos sobre a importância da educação para as relações étnico-raciais na construção da identidade de crianças, a partir do olhar de duas graduandas em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, em que colocamos exemplos de nossas vivências durante a graduação - com experiências formativas em salas de aula do Ensino Fundamental com crianças de 8 a 10 anos - em diálogo com as contribuições de intelectuais negros (Pinheiro, 2023; Adichie, 2019; Cavalleiro, 2024; Bento, 2022; entre outras), para, assim, chegarmos a tensionamentos e significações que consideramos relevantes para o processo de formação de professoras(es) numa perspectiva antirracista. Como principais achados, destacamos que tal perspectiva de educação colabora com a construção da identidade racial na infância, destacando os impactos sociais, emocionais e educacionais de cada realidade, enquanto desenvolve a autoestima, o sentimento de pertencimento e a formação identitária, sobretudo de crianças negras e indígenas – historicamente negligenciadas e silenciadas. Nesse movimento, destacamos como essencial na formação de professoras(es) que as relações étnico-raciais apareçam sistematicamente nas discussões e nas referências bibliográficas durante o curso, para melhor embasar a práxis e possibilitar uma atuação consciente e engajada de professoras(es) em suas salas de aula.

Palavras-chave: Educação para as relações étnico-raciais. Infâncias. Identidade racial. Formação em Pedagogia.

Introdução

A educação para as relações étnico-raciais, ao ressignificar os saberes escolares, contribui significativamente para a construção da identidade de estudantes, especialmente daqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados.

Considerando que o racismo existente na sociedade de forma estrutural têm feito com que crianças se vejam e se compreendam, geralmente, de forma deturpada: as negras como inferiores, feias, inadequadas; as indígenas invisibilizadas, datadas num tempo antigo, estereotipadas e as brancas como padrão, norma, superiores, destaca-se a urgência de

experiências escolares outras, pautadas em aspectos plurais, engajados e transformadores, que deem conta de combater tal estrutura com antirracismo e valorização negra e indígena. Fora da perspectiva antirracista, a escola colabora com o impacto negativo nas relações sociais e fortalece a manutenção de desigualdades e dos privilégios da branquitude.

Estudos como o desenvolvido por Eliane Cavalleiro (2024) comprovam que crianças negras tem experiências raciais negativas desde a entrada na escola, recebendo menos carinho e atenção de suas professoras, não contando com proteção em casos de violência racial e sendo silenciadas, constrangidas e desacreditadas. Já na obra de Bárbara Carine Pinheiro (2023) vimos que um educador antirracista muda essa lógica e traz à escola saberes diversos e experiências plurais de valorização às diferentes culturas propiciando maior participação e engajamento de crianças negras e indígenas, além de conscientização da problemática do racismo.

Esses estudos, dentre outros realizados a partir do nosso ingresso no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), ajudaram-nos a ressignificar a imagem de nós mesmas e a de outras crianças negras. Nesse contexto, a inquietação com a temática deste artigo tem início quando percebemos em nossas histórias, enquanto crianças negras, o quanto a escola negligenciou os aspectos positivos de nosso povo, seus saberes e importância social gerando em nós um silenciamento. Daí emergiu o questionamento: como a educação para as relações étnico-raciais (ERER) tem contribuído para a construção da identidade de crianças?

Diante dessa problemática e especificamente dessa questão, consideramos necessário refletir sobre a escola, as práticas (anti)racistas e suas reverberações na construção da identidade das crianças, sendo este o propósito da próxima seção e, na continuidade, considerando algumas experiências que tivemos durante a graduação em Pedagogia, ponderamos os impactos das práticas pedagógicas conscientemente antirracistas nas crianças, sobretudo as negras.

Esse movimento teórico-metodológico nos permitiu alcançar o objetivo central desse estudo que foi refletirmos sobre a importância da educação para as relações étnico-raciais na construção da identidade de crianças, a partir do olhar de duas graduandas em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Metodologia da pesquisa

Neste trabalho adotamos uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativa e crítica, fundamentada nos estudos sobre infância, identidade racial e educação antirracista, e dialoga com intelectuais negras como Pinheiro (2023), Adichie (2019), Cavalleiro (2024), Bento

(2022), dentre outras(os). Tal escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender processos simbólicos, sociais e históricos que atravessam a construção da identidade racial na infância, especialmente em contextos nos quais essa construção é marcada pelo silenciamento e pela invisibilização das experiências negras.

A pesquisa se dá na compreensão de situações cotidianas que nós e muitas de nossas crianças vivenciam no seu dia a dia, onde há ausência de personagens negros em livros infantis, reprodução de estereótipos em atividades escolares, falta de intervenções pedagógicas diante de ofensas raciais ou omissão institucional frente a episódios de discriminação, dentre tantas outras “falhas” que impactam diretamente a formação identitária das crianças.

Conforme Pinheiro (2023), esses contextos produzem apagamentos simbólicos que fragilizam o sentimento de pertencimento racial. Adichie (2019), ao discutir o “perigo da história única”, contribui para a análise de como tais situações reforçam narrativas hegemônicas e limitam as possibilidades de identificação positiva das crianças negras. Cavalleiro (2024) evidencia que o silêncio pedagógico diante dessas ocorrências não protege, mas legitima desigualdades e naturaliza o racismo no ambiente escolar.

Assim, construímos as categorias analíticas a partir da articulação entre o objetivo da pesquisa e o referencial teórico. A interpretação dos dados é conduzida a partir de uma perspectiva interseccional (Akotirene, 2019), considerando as encruzilhadas de raça, gênero, classe social e território. Essa abordagem possibilita compreender, por exemplo, como crianças negras em contextos periféricos vivenciam de modo mais intenso o silenciamento racial em comparação a crianças em contextos com maior acesso a práticas pedagógicas antirracistas, assim como, permite-nos analisar criticamente situações concretas de silenciamento racial na infância e/ou de fortalecimento das identidades raciais, mediante práticas pedagógicas comprometidas (ou não!) com a educação antirracista, a promoção da equidade e o fortalecimento da identidade racial de crianças negras.

Raça, racismo, crianças e escola: reflexões sobre a formação da identidade racial

A escola é um espaço diverso que possui o papel, entre outros, de nos preparar para o exercício da cidadania. Por passarmos boa parte de nossas vidas nela, as experiências ali vivenciadas tornam-se profundamente influentes em nossas perspectivas sobre quem somos e sobre o que esperar de nós mesmas e dos outros.

Sabe-se que a educação ocupa papel central na formação dos sujeitos e na produção de sentidos sobre o mundo. Contudo, historicamente, os sistemas educacionais brasileiros têm operado a partir de um currículo eurocêntrico, que marginaliza saberes de matrizes africanas, afro-brasileiras e indígenas, contribuindo para a naturalização do racismo e das desigualdades sociais (Gomes, 2017; Munanga, 2008). Diante desse triste cenário, torna-se urgente a construção de uma educação antirracista, capaz de problematizar relações de poder, valorizar a diversidade cultural e promover a justiça social.

Sendo assim, acentua-se a relevância da educação para as relações étnico-raciais, pois entendemos cada vez mais que raça, esse conceito social, é um importante marcador para a compreensão de si e do outro. A escola não é neutra nesse sentido; ao reproduzir um currículo branco-centrado que desconsidera ou negligencia os saberes dos povos originários e os afrossaberes, está ensinando que apenas uma “raça” é universal, dotada de conhecimento e digna de atenção e, com isso, influencia no destino e no lugar social desses sujeitos – brancos em lugar de privilégio e negros e indígenas em lugares subalternos.

Fortalecendo essa reflexão, Pinheiro (2023, p.67) destaca: “Sendo a escola um espaço de reprodução dessas estruturas de opressão, precisamos pensar em mecanismos de superação dessas mazelas também, principalmente por meio do sistema educacional formal”. Aqui, a autora nos convida a pensar uma escola engajada, antirracista e comprometida com o fim das desigualdades e do racismo através da valorização dos diversos saberes, sem hierarquizá-los.

Pela importância desse assunto para a sociedade, demonstrado através das lutas dos movimentos negros, tivemos a promulgação da Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, que representa um marco legal importante ao tornar obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares. Entretanto, sua efetivação ainda enfrenta desafios, sobretudo no que diz respeito à formação docente, à produção de materiais didáticos e à transformação das práticas pedagógicas (Gomes, 2017), isso porque ressignificar os saberes implicam-se questionar quais conhecimentos são legitimados como científicos, universais e neutros, e quais são desvalorizados ou silenciados.

O currículo tradicional, ao privilegiar narrativas eurocêntricas, contribui para a construção de identidades subalternizadas e para a invisibilização das contribuições de povos africanos, afro-brasileiros e indígenas na formação da sociedade brasileira (Munanga, 2008). Nesse sentido, a valorização de saberes plurais, oriundos de diferentes matrizes culturais, configura-se como estratégia fundamental para a construção de uma educação mais democrática.

e inclusiva. bell hooks (2017), intelectual negra estadunidense que dialoga com as ideias de Paulo Freire, pondera que o conhecimento não é neutro, sendo produzido em contextos históricos, sociais e políticos específicos. Portanto, uma educação comprometida com a transformação deve promover a leitura crítica da realidade, reconhecendo e valorizando os saberes populares, comunitários e ancestrais, o que ela vai chamar de Pedagogia Engajada.

Engajar-se com o fim do racismo através da educação (embora não somente através dela) é imprescindível, visto que o racismo ainda se faz presente no meio social em pleno século XXI sendo esse um fenômeno estrutural e histórico. É triste constatar que pessoas negras continuam vivenciando o preconceito em nossa sociedade, mesmo em espaços que deveriam ser de aprendizagem, acolhimento e máximo respeito, como a escola. Nem mesmo as crianças são poupadas de tal violência... aos três anos de idade, ingressando no sistema escolar, já experienciam situações diversas de exclusão, silenciamento e violência racial (Cavalleiro, 2024), exercendo profunda influência na formação da identidade, da autoestima e do sentimento de pertencimento das crianças. Diante disso, torna-se fundamental debater esse tema tanto no espaço escolar quanto fora dele.

Desde os primeiros anos de vida as crianças estão construindo suas percepções de si e do mundo por meio das interações sociais, das mensagens simbólicas e das experiências cotidianas. Quando essas vivências são atravessadas por práticas discriminatórias, estereótipos e exclusões, os impactos emocionais e psicológicos podem ser profundos e duradouros. Sobre os processos de formação da identidade, Cavalleiro (2024, p. 19) reflete:

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre negros. Isso leva a supor que uma imagem desvalorativa/inferiorizante de negros, bem como a valorativa de indivíduos brancos, possa ser interiorizada, no decorrer da formação dos indivíduos, por intermédio dos processos socializadores.

Pinheiro (2023) também denuncia que a escola reproduz preconceitos, mas que isso pode (e deve!) ser transformado por nós, educadoras, por meio de mecanismos que enfrentem o sistema educacional e o desafiem. Nesse sentido, quando a escola compromete-se com a promoção de identidades – assim, no plural –, e é capaz de enfrentar o racismo estrutural presente na sociedade, situações como o não reconhecimento do cabelo crespo como belo, a ausência de referências negras em atividades ou a negligência frente a conflitos raciais entre crianças, deixam de ser normalizadas, abrindo espaço para a representatividade e

autofortalecimento mediante literatura infantil afrorreferenciada, histórias do povo negro destacando a beleza e a riqueza ancestral, por exemplo.

Acessar essas informações desde cedo é importante e favorece as noções de pertencimento. Vivemos, de perto, a importância de nos sentirmos aceitas, valorizadas e reconhecidas nos diferentes espaços que frequentamos, seja nas escolas que estudamos e na comunidade na qual crescemos. Também presenciamos situações em que crianças negras enfrentam cotidianamente a invisibilidade, a rejeição e a desvalorização de suas características físicas, culturais e identitárias, aspectos esses presentes em comentários depreciativos, na ausência de representatividade positiva nos materiais escolares, por padrões estéticos eurocêntricos e atitudes excludentes que marcam essas vivências e contribuem para a construção de uma imagem negativa de si. Essas experiências geram sentimentos de inadequação e inferioridade, afetando diretamente a autoestima de quem sofre o preconceito.

O racismo fragiliza o sentimento de pertencimento, fazendo com que a criança sinta que não há lugar legítimo para ela nos espaços que ocupa. Essa exclusão simbólica impacta profundamente a forma como ela se posiciona no mundo e, muitas vezes, leva ao isolamento, à insegurança ou à tentativa de se distanciar de sua própria identidade para ser aceita.

A intelectual Cida Bento (2022) ao explicar o pacto da branquitude, esse acordo social silencioso, porém sistemático e organizado que privilegia pessoas brancas, demonstra os motivos que levam pessoas negras a desejarem mudar sua aparência, tentarem vivenciar uma realidade que se aproxime das ditas padrões, universais, branca. Ao desconhecer o potencial da história e cultura do povo negro, pessoas negras passam pelos processos violentos – embora naturalizados - de tentar se encaixar em moldes que não lhes cabem, pois são propositalmente reorganizados para não caber.

Aqui, mais uma vez, ressaltamos a importância da escola não coadunar com tais práticas de opressão, auxiliando pessoas a formarem positivamente suas identidades raciais. O âmbito educacional, muitas vezes, inviabiliza para pessoas negras a possibilidade de nos fortalecermos enquanto sujeitos potentes, produzindo sentimentos de solidão, visto que além da inadequação, por vezes, não sabemos para quem pedir ajuda, onde ser bem acolhido nas demandas e/ou onde encontrar referências e desenvolver pertencimento. Cavalleiro (2024, p. 68) pontua:

O necessário papel da escola em perceber o problema e buscar estratégias para sua superação parece não ser considerado. A criança, indefesa em sua pouca idade, é apontada como aquela que deve, além de tudo, buscar meios de compreender tudo sozinha e elaborar um novo sentido para o seu pertencimento étnico.

O que a intelectual nos apresenta é grave, visto que, diante de uma estrutura racista, espera-se que a própria criança descubra potencial e desenvolva um pertencimento étnico positivo. Sendo assim, fora da educação para as relações étnico-raciais, o que vimos são diversas pessoas que não se reconhecem racialmente e, quando o fazem, já acontece tardiamente – não mais nesse momento da infância. Quando esse “compreender sozinha” ocorre, pode produzir a não aceitação de quem verdadeiramente somos, pois modifica profundamente a forma como a pessoa se vê. Em muitos casos, na escola as crianças não se descobrem negras, elas são acusadas de ser.

Diante desse cenário, ressaltamos que a escola e a família desempenham papéis fundamentais na construção de uma infância antirracista, que é essencial promover práticas educativas que valorizem a diversidade étnico-racial, assegurem representatividade positiva e incentivem o respeito às diferenças. O diálogo aberto sobre racismo, identidade e história afro-brasileira e indígena mostra-se fundamental para fortalecer a autoestima das crianças e construir uma consciência crítica desde cedo.

Antirracismo na construção da identidade de crianças: ressignificando os saberes e as práticas na escola

A construção da identidade racial reverbera na vida de crianças, sobretudo de crianças negras. Numa perspectiva afroreferenciada ou até mesmo antirracista de ensino, estimula-se as crianças negras a valorizarem seus traços, seus costumes, suas ancestralidades... Quando essa identidade não é fortalecida, especialmente na infância, a criança cresce sem saber, de fato, quem é, o que a coloca em lugar de vergonha, inadequação, dúvida ou até mesmo de assimilação de outra cultura. Destaca-se a importância da educação plural, engajada, que favorece o desenvolvimento de todas as crianças, sem esconder aspectos fundamentais das realidades sociais e individuais, sobretudo referentes aos grupos historicamente subalternizados que têm suas histórias apagadas ou deturpadas.

Enquanto graduandas do curso de Pedagogia, “Tornar-se negra”, em alusão à obra da intelectual negra Neusa Santos Souza (1983) tem sido um processo desafiador e empoderador. O desafio se refere, principalmente, ao fato de precisa redescobrir, reaprender, revisar e nesse movimento, perceber o quanto foi perdido ao longo do tempo por não acessar afrossaberes desde sempre. O empoderamento emerge no encontro com outras pessoas negras, com a aproximação das leituras afroreferenciadas e dos saberes do nosso povo (sejam eles

acadêmicos ou não), de pensar uma educação antirracista desde o momento da formação inicial e do reconhecimento das próprias potencialidades.

É dentro desse processo formativo que consideramos importante observar e intervir junto às crianças nas escolas que acessamos durante as atividades da graduação, sempre que possível, para que possamos, desde já, educá-las de forma amorosa e engajada, como nos convida bell hooks (2017). Temos pressa! Dessa forma, escolhemos algumas vivências que tivemos na escola por intermédio da graduação em Pedagogia, e que exemplificam como a escola têm vivenciado a construção da identidade de crianças negras.

Chamou nossa atenção, inicialmente, que em ambas as realidades visitadas, as crianças negras apresentam dificuldade e vergonha em se afirmarem como pretas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), brasileiras/os podem se autodeclarar brancos, amarelos, indígenas ou negros (pardos e pretos). No entanto, por todo o histórico ruim associado ao povo preto, esta palavra até assusta, pois, muitas vezes, é associada à escravidão e violência. Aqui entendemos que a EREER, na construção da identidade racial, pode fazer a diferença, pois, fora da perspectiva antirracista, a escola acaba afastando-nos de saberes ancestrais e culturais, além de reforçar outras representações estereotipadas sobre o povo negro, mantendo as estruturas racistas e de negação; além de permanecer fortalecendo o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022). É necessário romper.

Como consequência desta constatação e, a partir da oportunidade de estar na escola com crianças, desenvolvemos a atividade Heteroidentificação: “Quem sou eu?”, com crianças do 3º ano do Ensino Fundamental público de Fortaleza (CE), turma majoritariamente composta por crianças negras. A atividade surgiu justamente a partir da inquietação diante da dificuldade dessas crianças em se afirmarem a partir de sua identidade racial. Para auxiliar nesse processo, utilizamos uma paleta com diversos tons de pele, na qual cada criança deveria identificar aquele que mais se reconhecia.

Embora utilizemos materiais concretos, compreendemos a delicadeza e dificuldades dessa atividade, visto que muito além de identificar o tom da pele, entendemos os aspectos subjetivos ali incentivados. Dessa forma, buscamos conversar com as crianças sobre o nosso tom de pele, exemplificar usando algumas referências, até chegar até elas.

Após esse momento, nomeamos os tons e surgiram vários questionamentos, como: “Tia, mas, minha mãe diz que esse termo é errado”, referindo-se ao termo “preto/preta”. Fomos conduzindo o diálogo de modo que eles compreendessem o significado daqueles termos e a

importância de se reconhecerem neles. Aqui destacamos a importância da formação de professores se dá numa perspectiva antirracista, para que ele saiba mediar uma situação como esta. Nilma Lino Gomes (2017), ao nos contar sobre o Movimento Negro Educador vai revelar os motivos para tal vergonha e, o mais importante, mostrar que não há motivo para envergonhar-se, ao conhecer a potência dos movimentos e os saberes construídos a partir dessas lutas. Aqui entendemos que a construção da identidade racial ganha aspectos positivos quando a história é contada pelo próprio povo preto e, não, pelo colonizador/opressor.

Como tivemos a oportunidade de retornar à essa escola mais vezes, tivemos a grata surpresa de perceber que, algum tempo depois, as crianças estavam utilizando as nomenclaturas sem medo ou vergonha, pois entenderam o que elas representam e que, crianças negras se olhavam com orgulho. Práticas como esta podem transformar percursos de negação que são impostos à população negra, sobretudo aos sujeitos periféricos, rompendo com hierarquias e silenciamentos que atravessam a vida das crianças (Bento, 2022).

Em outro momento, levamos a roda literária para vivenciar junto às crianças com o livro “Educando crianças antirracistas”, da autora Bárbara Carine Pinheiro. A obra traz representações negras e enaltece essas crianças, colocando o respeito como pauta central. Essa contação de histórias, assim como os outros momentos em que pudemos debater e vivenciar o conteúdo “raça”, gerou muitas falas, sobretudo de crianças negras que costumam ser nomeadas por seus professores de caladas, inquietas, não participativas. Constatamos que elas não o são.

Aqui destacamos a importância da representatividade, das crianças negras se virem em representações positivas. As crianças, realmente felizes com o que viam no livro, produziram comentários positivos; elas começaram a apontar umas para as outras, dizendo: “Olha, seu cabelo é igual ao da menina do livro”. Portanto, quando falamos em ressignificar olhares e concepções, estamos falando exatamente disso; o que antes era considerado fora do padrão pela sociedade, nesse dia pôde ser reconstruído na percepção que tinham sobre si, sobre seus amigos de escola e sobre seus familiares. Enaltecer aspectos fenotípicos da cultura negra é lindo demais. Sentimos orgulho dessa experiência junto às crianças.

Já em uma roda de conversa realizada no 5º ano do Ensino Fundamental, intitulada “Tia, o que é esse tal de racismo?”, tivemos a oportunidade de apresentar algumas concepções do que é o racismo e como ele se manifesta na sociedade. Após essa introdução, na continuidade, propusemos uma rodada de falas sobre o que tinham ouvido até então. Foi quando percebemos que diversas crianças se sentiram instigadas a falar sobre o tema, gerando um diálogo repleto

de trocas de aprendizado e, por meio dele, evidenciou-se que muitas crianças negras sentem vergonha de se autodeclararem, por medo do racismo que estarão expostas a sofrer.

À medida que trazíamos exemplos, foram relatados diversos casos de racismo entre os próprios colegas. Destacamos, no entanto, um aspecto relevante dessa ação: anteriormente, essas situações de violência racial não recebiam esse nome, sendo tratadas apenas como “bullying”, o que acaba por mascarar o racismo sofrido. Nomear como racismo é educativo para melhor identificar a vítima e o opressor. Quem pratica racismo precisa aprender a não mais repetir e não, quem sofre o racismo tem a obrigação de ser calmo, passivo e até de “evitar” a violência. Quando espera-se que a pessoa que sofreu racismo responsabilize-se pela situação, acaba violentando essa pessoa mais e mais vezes. Cavalleiro (2023) chama a nossa atenção para esse movimento comum nas escolas: o de silenciar quem está sofrendo racismo para proteger a pessoa que comete racismo do constrangimento de assim se reconhecer.

É isso que percebemos no ambiente escolar: o silêncio de crianças negras é gritante, enquanto crianças brancas não se intimidam diante de qualquer assunto. Por vezes, é perceptível a quem a aula é destinada e a quem não é, basta prestarmos atenção em quem mais se sente instigado a falar e em quem não, se há o silenciamento de crianças negras.

Nesse contexto, fica explícito que o sentimento de uma criança negra é frequentemente ignorado e suas dores não são reconhecidas da mesma forma que as de uma criança branca. Como aponta Bento (2022, p. 105), “O impacto da discriminação racial na vida de crianças e adolescentes negros se evidencia na evasão escolar, sempre maior para esse grupo, e no desempenho educacional”. A intelectual evidencia, portanto, as consequências do tratamento discriminatório vivenciado por essas crianças, que têm suas experiências e sofrimentos constantemente desconsiderados. Consideramos importante conversar sobre esse assunto no 5º ano, pois lá, crianças começam mais fortemente a serem levadas à evasão escolar, convencidas de que o “erro” está nelas e não no sistema.

Essas e outras experiências possibilitaram observarmos como, desde cedo, muitas crianças passam a questionar seu valor, sua beleza e sua capacidade, internalizando discursos racistas que circulam socialmente. Identificamos rapidamente tudo isso, porque nós mesmas também fizemos esse questionamento conosco na nossa infância/adolescência.

A pedagogia antirracista, ao incorporar outras perspectivas educacionais, possibilita a desconstrução de estereótipos raciais, o enfrentamento de preconceitos e a construção de novas narrativas sobre a história e a cultura dos povos racializados. Dessa forma, a escola deixa de ser

um espaço de reprodução de desigualdades para se tornar um território de resistência, diálogo e transformação social.

Estar no meio educacional, ainda como graduandas de Pedagogia, nos possibilita uma visão mais ampla sobre as crianças. Em diversos momentos, temos a oportunidade de observar a professora regente mediando sua própria aula e, principalmente, perceber como os alunos reagem a determinadas falas. Destacamos que essa observação não ocorre como uma tentativa de instaurar uma cultura de cancelamento em relação às profissionais, mas como um exercício reflexivo para compreender como determinadas práticas podem não colaborar para a construção de uma educação antirracista.

Considerações finais

Nesta pesquisa refletimos sobre a importância da educação para as relações étnico-raciais na construção da identidade de crianças. Tais reflexões foram frutos de experiências pessoais e de formação em Pedagogia de duas graduandas. Com o estudo, compreendemos que a construção da identidade racial na infância, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, constitui-se como um eixo estruturante do desenvolvimento integral das crianças negras, envolvendo suas dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais.

Ao dialogar com as vivências em sala de aula e com o referencial teórico mobilizado, evidenciou-se que a escola, enquanto instituição social formadora, exerce um papel decisivo tanto na afirmação quanto na negação das identidades raciais, sendo, portanto, um espaço estratégico no enfrentamento ou na reprodução das desigualdades raciais historicamente construídas.

O silenciamento das questões étnico-raciais e a ausência de práticas pedagógicas intencionalmente antirracistas produzem impactos significativos na constituição subjetiva de crianças negras, refletindo-se em sentimentos de inadequação, baixa autoestima, negação da própria identidade e fragilização do sentimento de pertencimento. A omissão da escola diante das desigualdades raciais não é neutra, mas contribui ativamente para a manutenção do racismo estrutural que atravessa a sociedade brasileira.

Dessa forma, torna-se imprescindível que a escola assuma uma postura ética, política e pedagógica comprometida com a promoção da justiça social, por meio da implementação de práticas educativas que valorizem a diversidade étnico-racial e reconheçam as contribuições históricas, culturais e intelectuais da população negra. A educação antirracista, ao ressignificar

os saberes escolares e tensionar os currículos eurocentrados, possibilita a construção de narrativas mais plurais, inclusivas e representativas, favorecendo o fortalecimento de identidades positivas e a formação de sujeitos críticos, conscientes e socialmente engajados.

Portanto, conclui-se que a construção da identidade racial na infância não deve ser compreendida como uma responsabilidade exclusiva das crianças ou de suas famílias, mas como um compromisso coletivo que envolve escola, educadores, políticas públicas e sociedade. Ao promover uma educação que reconhece, valoriza e legitima as identidades negras, contribui-se para a constituição de uma escola verdadeiramente democrática, capaz de romper com lógicas excludentes e de possibilitar trajetórias escolares mais justas, humanizadoras e emancipadoras. Assim, investir em uma educação antirracista desde os primeiros anos de escolarização não é apenas uma estratégia pedagógica, mas um imperativo ético e político na luta por uma sociedade mais igualitária, plural e socialmente comprometida com os direitos humanos.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2a edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Educando crianças antirracistas**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2024.